

Fazenda tenta fazer avançar agenda microeconômica

Principais projetos fortalecem os mercados bancário e de capitais; desafio é vencer tensão entre os Poderes para aprovar pauta

Por **Guilherme Pimenta** e **Lu Aiko Otta** — De Brasília

27/12/2024 05h00 - Atualizado há 6 horas

Depois de avançar com a agenda de contenção de gastos no fim deste ano, uma das apostas do Ministério da Fazenda para 2025 é o avanço da pauta microeconômica no Congresso Nacional, com projetos que fortalecem os mercados bancário e de capitais e dão novos poderes aos credores em processos de falência para aumentar a produtividade e reduzir o custo do crédito. Mas a tensão entre os Poderes, elevada principalmente após a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, que suspendeu a execução das emendas, é um desafio para o avanço da pauta no próximo ano.

Entre os projetos pendentes que foram enviados pela Fazenda neste ano, há a nova lei de falências, que pretende fortalecer o poder dos credores, a nova lei de resolução bancária, a proposta que aprimora a infraestrutura do sistema financeiro e o projeto de lei que amplia a punição a administradores de companhias abertas.

No início deste ano, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu apoio da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) para a aprovação desses projetos, que ficaram em segundo plano na agenda legislativa de 2024, apesar de pontuais avanços.

“

Ambiente político desafiador” pode ser empecilho para o avanço da pauta”

— Rafael Cortez

Além das pautas que já se encontram no Parlamento, o secretário de Reformas Econômicas, Marcos Pinto, contou ao **Valor** que outros projetos serão enviados no próximo ano, como a regulação concorrencial das big techs e o novo modelo de tributação de aplicações financeiras.

Uma pauta da Fazenda que pode avançar no próximo ano é o projeto de lei que atualiza o marco legal que regulamenta o funcionamento das instituições operadoras de infraestruturas do mercado financeiro (IMFs), aprovado em novembro pela Câmara.

As IMFs são organizações que fornecem os sistemas e os serviços necessários para o funcionamento eficiente, seguro e transparente do mercado financeiro. Elas atuam na liquidação de transações financeiras, na compensação de operações e na custódia de ativos e prestam serviços para as empresas do sistema financeiro, movimentando trilhões de reais.

O projeto visa adaptar a legislação brasileira às recomendações de órgãos globais do sistema financeiro, como o Banco de Compensações Internacionais. As regras estão hoje na lei do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP) e dos órgãos reguladores, mas agora constarão de uma lei própria e mais atualizada.

Também envolvendo o sistema bancário, no mesmo dia de novembro a Câmara aprovou o requerimento de urgência do projeto que trata da resolução bancária e dá poder para que o Banco Central atue mais no sistema financeiro.

A proposição adapta a legislação doméstica aos padrões internacionais estabelecidos após crise financeira internacional de 2008/2009. O objetivo é conferir maior segurança e robustez ao Sistema Financeiro Nacional.

Também no Senado está o projeto que moderniza a lei de falências, aprovado no primeiro semestre pela Câmara. O texto tira dos juízes o poder de indicar o administrador judicial que acompanhará os trâmites e fiscalizará o processo falimentar e cria a figura do “gestor fiduciário”, que será escolhido pelos credores para fazer esse mesmo papel. “O crédito é muito difícil se o país não tem uma boa lei de falências”, comentou o secretário.

“Conseguimos avançar bastante na nossa agenda, mas ainda temos bastante trabalho para os próximos dois anos”, avaliou o secretário Marcos Pinto ao **Valor**.

O projeto de tramitação mais complexa no Congresso visa garantir uma maior proteção a investidores e ampliar a responsabilização de administradores de companhias abertas e aumentar a proteção aos investidores minoritários no mercado de capitais.

A maioria das propostas consta em estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o tema, elaborado em 2018, em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O documento apontou que no Brasil não existem incentivos suficientes para um acionista minoritário ajuizar uma ação para buscar reparação de dados.

Segundo Marcos Pinto, a Fazenda está próxima de chegar a um entendimento com a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), o que deve destravar o andamento da proposta no Congresso Nacional. “É muito difícil desenvolver o mercado de capitais se não há proteção dos investidores”, falou Pinto, que é ex-diretor da CVM.

Além dos projetos já em trâmite no Congresso, o secretário ainda afirmou que a Fazenda vai enviar, em 2025, o texto que visa regular, do ponto de vista concorrencial, as big techs no Brasil.

Com a regulamentação, o governo brasileiro tenta se colocar no mesmo patamar de grandes economias globais, que já estabeleceram seus padrões de regulação concorrencial - não há, nesta proposta, nenhuma menção à regulação de conteúdo das plataformas.

Outra proposta da agenda microeconômica que será enviada em 2025, segundo o secretário Marcos Pinto, é a que faz alterações na tributação de aplicações financeiras. Segundo ele, trata-se de um projeto “muito importante para a eficiência do mercado”.

O projeto terá como objetivo organizar as regras para incentivar o financiamento das empresas e o acesso ao crédito por meio do mercado de capitais, sem alteração da carga tributária.

Na avaliação de **Rafael Cortez**, cientista político e sócio da consultoria **Tendências**, como os desafios fiscais do governo persistem, a pauta macroeconômica deve continuar preponderante no próximo ano, ofuscando, de alguma maneira, a agenda microeconômica.

“Os projetos ainda devem ficar muito no macro, escondendo a evolução de alguns itens da agenda microeconômica”, avaliou o especialista.

Além disso, citou que “o ambiente político desafiador” deve ser mais um empecilho para o avanço de todas as pautas defendidas pelo governo.